ESTATUTO DA IGREJA BATISTA DA RECONCILIAÇÃO

CAPÍTULO I

NOME, NATUREZA, SEDE CONSTITUIÇÃO E OBJETIVO.

Artigo1º - A Igreja Batista Reconciliação é constituída como pessoa jurídica de direito privado, organização religiosa, de natureza civil, sem fins lucrativos, fundada em cinco de dezembro de dois e nove, por tempo indeterminado, com número ilimitado de membros, com sede na cidade de São Sebastião do Passé, na Rua Jornalista Rafael P. Neto 2ª. Etapa Urbis, número 05.

Artigo 2º - São elementos constitutivos da Igreja Batista da Reconciliação:

- a) Seu nome;
- b) Sua origem;
- c) Seus princípios e objetivos fundamentais;
- d) Seu patrimônio;
- e) Sua representação e administração.

Artigo 3º - A Igreja Batista Reconciliação tem por objetivo fundamental propagar o evangelho no território nacional e em outros locais que achar por bem e levar os seres humanos a aceitarem a graça salvadora de Cristo Jesus, como único Senhor e Salvador, por meio dos ensinos da Bíblia Sagrada.

Artigo 4º - A Igreja Batista da Reconciliação tem como única regra de fé e prática a Bíblia Sagrada:

- a) Reconhece, como fiel interpretação da Bíblia Sagrada, a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira;
- b) Exerce a sua autonomia vinculada à sua origem, em cooperação com outras igrejas batistas da mesma fé e ordem.

Parágrafo único - A Igreja Batista Reconciliação é vinculada a seus princípios. Pelo compromisso de cooperação, mantém-se arrolada e cooperante com a Convenção Batista Baiana e com a Convenção Batista Brasileira e aceita:

- a) Para todos os efeitos de plena comunhão, o batismo bíblico procedido pelas igrejas batistas da mesma fé e ordem;
- b) A ordenação ou consagração de pastores e pastoras, diáconos e diaconisas, de iniciativa das mesmas;
- c) Em reciprocidade com as igrejas batistas da mesma fé e ordem, por meio da Convenção Batista Baiana e Convenção Batista Brasileira, com a finalidade de salvaguardar, na integra, seu patrimônio e suas doutrinas na unidade da denominação batista.

Artigo 5º - A Igreja Batista Reconciliação tem como principais finalidades:

1 Shustans

Monsico, XIII

Allenura

Intimachia F. M. Abricula

Lorda CA

- 1 Reunir-se, regularmente, para prestar culto a Deus e proclamar a mensagem de evangelho de Jesus Cristo:
- II Estudar as Sagradas Escrituras, visando ao doutrinamento e à edificação espiritual de seus membros:
- III Incentivar a comunhão, o bom relacionamento e a fraternidade cristã;
- IV Promover, pelos meios adequados, a causa da ação social cristã;
- V Cultivar, por todos os meios ao seu alcance, o estabelecimento do reino de Deus no mundo, evitando, desta forma, as cisões e desvios doutrinários.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.

- Artigo 6º A Igreja Batista Reconciliação, doravante, neste Estatuto designada IGREJA tem o seu rol de membros composto de pessoas que aceitaram e submeteram-se voluntariamente às doutrinas bíblicas e à disciplina da igreja, e são recebidas:
- a) Por batismo bíblico mediante pública profissão de fé perante a IGREJA;
- b) Por carta de transferência de outra igreja batista da mesma fé e ordem;
- c) Por reconciliação ou declaração;
- d) Por testemunho (aclamação ou declaração);
- e) Os casos especiais ou fortuitos, não constantes deste artigo, serão decididos pela igreja em Assembléia Geral Ordinária.
- § 1 ° Em todos os casos, a recepção dar-se-á por unanimidade de votos apurados em Assembléia Geral Ordinária.
- § 2º O voto contrário que vetar a recepção será justificado perante o Conselho Administrativo, o qual encaminhará o parecer para deliberação final pela Assembléia Geral Ordinária.
- § 3º O pretendente deverá estar presente à Assembléia Geral Ordinária que possa vir a efetivar sua recepção, salvo impedimentos de força maior, a critério da Assembléia Geral Ordinária.
- § 4º Os membros não participam do patrimônio e não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da IGREJA, que também não responde solidária nem subsidiariamente pelas obrigações de seus membros, inclusive do Presidente.
- § 5º A IGREJA tem existência distinta da de seus membros, não tendo, pois, nenhum direito patrimonial, a qualquer título, aquele que for demitido, desligado ou excluído do seu rol de membros.

Fantana

0 ... 0

Attoster phinocleia P. M. Abscillento Oxtobosses, Molerling Jarlis

- § 6° A saída de membros da IGREJA do seu rol obedecerá a um dos seguintes motivos:
- a) Falecimento;
- b) Concessão de carta de transferência para outra igreja batista da mesma fé e ordem;
- c) Desligamento, por solicitação do interessado;
- d) Carta compulsória.
- § 7º São passíveis de admoestação, podendo chegar à exclusão ou demissão compulsória pela Assembléia Geral Ordinária, além das penas da lei e, por maioria dos votos dos membros presentes, os membros que, de qualquer modo:
- a) Perturbarem o culto e outras práticas religiosas da IGREJA;
- b) Prejudicarem o bom nome da IGREJA;
- c) Contrariarem as doutrinas propagadas pela IGREJA;
- d) Infringirem este Estatuto e as deliberações da IGREJA;
- e) Procederem em sua vida pública ou particular contrariamente aos ensinos, princípios e moral do evangelho;
- f) Abandonarem os trabalhos da igreja sem comunicação ou justificativa.
- § 8º O membro excluído poderá solicitar sua readmissão ao seio da IGREJA, desde que manifeste arrependimento pelas faltas cometidas, entendendo-se, antes, com o Conselho Administrativo que, após analisar o pedido, submeterá sua decisão à Assembléia Geral Ordinária.
- § 9º Todos os membros da igreja, maiores e capazes, têm igual direito à palavra, a votar e ser votado nas Assembléias, respeitados o Código Civil Brasileiro em seu art. 5º, Caput e inciso I bem como as regras parlamentares constantes dos Regimentos Internos da Convenção Batistas Brasileiras e da Convenção Batista Baiana. Os membros da igreja menores de 18 anos terão, nas Assembléias, apenas direito de voz e não terão direito de voto.
- § 10 Não há, entre os membros, direitos e obrigações recíprocos, caracterizando todos os atos à voluntariedade dos membros, princípio insculpido no Artigo 5°, da Constituição Federal.
- § 11 O membro da igreja não poderá ser representado por procuração, tanto na sua vinculação à igreja, quanto nas Assembléias.

Artigo 7º - Para tratar de assuntos que interessem à sua administração, a IGREJA reunir-se-á em Assembléia Geral Ordinária.

§ 1 ° - A Assembléia Geral Ordinária é o órgão soberano perante seus membros, em que os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos, admitindo-se, porém, que suas decisões poderão ser recorríveis pelos mesmos.

Afboster Inlimaclaia P.M. Nascimer Langues CNB orosico, Molereira (-010)

- § 2° A Assembléia Geral poderá ser:
- a) Ordinária, cuja periodicidade será fixada no calendário da igreja, as quais poderão realizar-se em primeira convocação com o quorum de 25% (vinte e cinco por cento) dos membros arrolados e em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos com 20% (vinte por cento) dos membros;
- b) Extraordinária, quando necessária, convocada pelo Presidente ou por 2/3 do Conselho Administrativo ou por 1/5 (um quinto) dos membros arrolados.
- § 3° Compete privativamente à Assembléia Geral Extraordinária:
- I Eleger o pastor/pastora titular;
- II Destituir o pastor/pastora titular;
- III Adquirir, alienar ou onerar bens patrimoniais móveis e imóveis;
- IV Alterar o Estatuto e o Regimento Interno;
- V Dissolver a igreja e dar destino a seus bens.
- § 4º Para as decisões das assembléias somente os membros maiores e civilmente capazes votarão.
- § 5º Para as deliberações a que se referem os incisos I, II e IV é exigido o voto concordante de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia especialmente convocada para este fim (Assembléia Geral Extraordinária), não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros da igreja, civilmente capazes ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.
- § 6^a As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão realizadas, sempre, na sede da igreja, salvo impossibilidade absoluta de utilização de sua sede, caso em que outro local será previamente escolhido, quando da convocação da Assembléia. As regras parlamentares adotadas pela Igreja são as mesmas adotadas pela Convenção Batista Baiana pela Convenção Batista Brasileira.
- § 7º Para deliberar sobre a dissolução a Igreja será necessário o voto favorável de 80% (oitenta por cento) dos seus membros, em duas Assembléias Extraordinárias, com intervalo de 3 (três) meses, devendo a convocação ser feita, expressamente para esse fim, com ampla publicidade, inclusive pela imprensa denominacional, observada a antecedência de 30 (trinta) dias para convocação. O resultado final da votação deverá ser fiel integralmente registrado em ata.

Artigo 8º - Para dirigir os trabalhos das Assembléias Ordinárias e fazer executar suas deliberações, será eleita uma diretoria composta de:

a) Presidente;

b) 1° e 2° vice-presidentes;

c) 1° e 2° secretários;

Anlimaebia P. M. Nascimento MHEOSTA

RAPeneira

Jarled Oct

Santana

-64Donico

- 1° 2° ou 3° tesoureiros. d)
- § 1º No caso de impedimento ou recusa irrevogável da diretoria acima mencionada ou, isoladamente, de qualquer dos seus componentes, a Assembléia Geral Ordinária elegerá um presidente "ad hoc" para aquela ocasião.
- § 2º Qualquer membro da diretoria poderá ser exonerado do cargo, em qualquer tempo, pela Assembléia Geral Ordinária constituída para este fim, observando-se o disposto no parágrafo 1º do Artigo 8°.
- § 3º O presidente ou seu substituto legal representará a IGREJA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente.
- § 4º Os cargos da igreja não serão remunerados com exceção no previsto parágrafo 3º do artigo 9º deste estatuto, o ministro (a) de música, educador (a) religioso (a) e outros ministérios que venham a ser criados a critério e necessidade desta.
- § 5ª Para ser ministro da IGREJA o candidato terá que ter formação específica em Seminário Teológico reconhecido pela Convenção Batista Brasileira, ser batista e ser consagrado ou ordenado. Não tendo nenhum impedimento no Serasa ou outros estabelecimentos.
- § 6º Nos impedimentos ocasionais, ou faltos, suceder-se-ão os membros da diretoria nos termos do "caput" do presente artigo.
- § 7º Os cargos da diretoria terão mandato de dois anos, podendo ser reeleito o componente que aceitar sua reeleição, a critério da igreja.
- § 8º Nenhum membro da diretoria poderá ser eleito por mais de dois períodos consecutivos, para o mesmo cargo, devendo, neste caso, ser observado um interstício de um período (dois anos), para que seja novamente eleito.
- § 9º Só poderá ser eleito para compor a diretoria:
- a) Quem for major de 18 anos e civilmente capaz;
- b) Contar, no mínimo, 30 meses como membro da igreja, contados desde sua efetiva recepção até a data da eleição, com exceção do previsto no Art. 9º e seu parágrafo 4º.
- § 10 Poderão tomar parte em atividades na IGREJA, seus membros ou membros de outra igreja batista da mesma fé e ordem, bem como de outras denominações, ouvindo-se o parecer do Conselho Inlimaclaia P. M. Nascimento
 Milasta

 Phaestas

 Director Administrativo.

CAPÍTULO III

DO PASTOR (A)

- Artigo 9º Para ser seu pastor (a), líder e guia espiritual, dentro das especificações do Novo Testamento, a IGREJA, em Assembléia Geral Extraordinária, elegerá um batista da mesma fé e ordem. o qual, uma vez aceitando o convite, assinará:
- a) O termo de posse, que conterá os dizeres de praxe;
- b) O compromisso de fidelidade à Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, estando, assim, apto para exercer o seu pastorado enquanto bem servir, a critério da IGREJA.
- § 1º A inobservância da alínea "b" do presente artigo será interpretada como cláusula resolutiva de seu pastorado, sujeitando-se aos rigores da Assembléia Geral Extraordinária, nos termos deste Estatuto.
- § 2º A Assembléia Geral Extraordinária, para eleição e exoneração do pastor/pastora ou para decidir sobre qualquer acusação grave que lhe tenha sido feita, observará:
- a) A convocação publicada no boletim da IGREJA, constando motivação expressamente declarada, com antecedência mínima de quinze dias:
- b) Presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria e do Conselho Administrativo:
- c) Presença de 2/3 (dois terços) dos membros arrolados da IGREJA em primeira convocação; maioria absoluta dos membros arrolados em segunda convocação, após 7 (sete) dias, e 1/3 (um terço) dos membros arrolados da IGREJA em terceira convocação, após 7 (sete) dias da segunda convocação;
- d) Deliberação favorável, pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos votos apurados.
- § 3º O pastor/pastora, pelo exercício do pastorado, será sustentado pela IGREJA com base nos princípios bíblicos. Caberá à IGREJA propiciar a seu obreiro sustento digno, de acordo com as suas possibilidades.
- § 4º Se vindo de outra igreja batista para exercer o pastorado, o pastor/pastora será considerado como membro da IGREJA desde sua posse no pastorado, sendo a sua condição de membro referendada pela Assembléia Geral Ordinária que receber efetivamente sua carta de transferência.
- § 5° O pastor/pastora, desde sua posse, nos termos do "caput" deste artigo, será o seu presidente durante o tempo que nela exercer seu pastorado.
- § 6º Quando o cargo de presidente da IGREJA for exercido por pessoa não ordenada ao ministério da Palavra, em substituição ao presidente, por impedimento deste ou por vacância do cargo, a administração das ordenanças, "ceia e batismo", bem como casamentos, será presidida por um pastor/pastora da mesma fé e ordem, a convite da diretoria da IGREJA.
- § 7º O pastor/pastora que, eventualmente, exercer o ministério interino, assumirá, também, a presidência da igreja, independentemente de permanecer filiado/a outra igreja batista.

Inlimableia P. M. Nascimentis Albosta
Santana De Lautas Obsonsier, Albrung

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO

Artigo 16 - O patrimônio da IGREJA constitui-se de:

- a) Receitas por dízimos, por contribuições voluntárias de seus membros ou ofertas de quaisquer outras pessoas fisicas ou jurídicas, de fonte digna, desde que sua origem e finalidade estejam de acordo com os critérios da igreja, por deliberação da Assembléia e será aplicada na consecução de seus fins dentro do território nacional;
- b) Bens móveis e imóveis, adquiridos por compra, permutam doação ou legado, registrado em nome da IGREJA que serão aplicados na execução de seus fins.
- Artigo 17 O movimento financeiro da IGREJA será feito por meio de instituições de créditos escolhidas pela Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo único - As contas bancárias serão movimentadas pelo presidente, juntamente com o primeiro tesoureiro; na falta deste, com o segundo e, na falta deste, com o terceiro tesoureiro.

- Artigo 18 O patrimônio da IGREJA, sempre vinculado à sua origem, nos termos do artigo 2º deste Estatuto, será aplicado exclusivamente na consecução de seus objetivos fundamentais, de acordo com o artigo 3° deste Estatuto.
- Artigo 19 A Assembléia Geral Extraordinária para aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, obedecerá a:
- a) Convocação publicada no boletim da IGREJA, constando a motivação expressamente declarada, com antecedência mínima de quinze dias;
- b) Presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros civilmente capazes, arrolados em primeira convocação;
- c) Presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da diretoria e do conselho administrativo;
- d) Presença de, no mínimo, de 3/5 (três quintos) dos membros arrolados em segunda convocação, após sete dias;
- e) Deliberação favorável por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos apurados.

Parágrafo único - Todas as escrituras de compra e venda ou contratos que venham a onerar ou gravar de ônus reais bens móveis e imóveis pertencentes à IGREJA, atendido o "caput" deste artigo, serão assinados conjuntamente pelo presidente, pelo secretário e pelo primeiro tesoureiro ou seus substitutos eventuais, mediante autorização da IGREJA.

Antimacleia P.M. Nascimento Asbostor

Santana Mujeus CHORORECO, Melerlina

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Artigo 20 No caso de excepcionalidade, a IGREJA declina de suas prerrogativas de "autonomia" e "soberania" e confere à Convenção Batista Baiana e/ou à Convenção Batista Brasileira legitimidade para ingressar em juízo como autora ou em qualquer processo judicial, na qualidade de assistente, opoente, terceira interessada ou substituta processual, numa das seguintes hipóteses:
- a) Defesa dos princípios éticos da fé batista, nas situações que envolvam esta IGREJA;
- b) Defesa do patrimônio e bens desta IGREJA sejam móveis, imóveis, veículos e semoventes;
- c) Defesa dos interesses do seu patrimônio em geral, assim como dos direitos de que venha a tomar-se titular, mediante doações ou legados.
- Artigo 21 A aplicação da regra do "caput" do artigo 20 autoriza de plano, a Convenção Batista Baiana e/ou a Convenção Batista Brasileira a intervirem administrativamente em casos de desvios doutrinários, sejam de caráter teológico ou eclesiástico, que possam causar dissensão ou dissolução da IGREJA, no caso de ocorrer o previsto nos § 3° e § 4° do Artigo 22.
- Artigo 22 No caso de cisão por motivo de ordem doutrinária do rol de membros, o patrimônio e o nome da IGREJA ficarão na posse da parte que, independentemente do número de seus membros, mesmo em minoria, permanecer fiel à Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, conforme artigo 4°, alínea "a" deste Estatuto.
- § 1 ° O julgamento da fidelidade das partes à Declaração mencionada no "caput" deste artigo será procedido por um concílio decisório de no mínimo, 15 (quinze) pastores/pastoras da mesma fé e ordem, em efetivo pastorado em igrejas, cujo parecer de caráter irrevogável e definitivo, será acatado pelas partes.
- § 2º O concílio decisório será convocado pela Diretoria da Convenção Batista Baiana e dirigida pelo presidente da mesma Convenção, com o propósito de manter e preservar a integridade doutrinária e patrimonial da IGREJA, de acordo com sua origem, seus objetivos e seus princípios fundamentais, em cooperação com a Denominação Batista.
- § 3º Qualquer das partes, mediante solicitação assinada por um número de dez pessoas ou mais de seus membros, poderá requerer à diretoria da citada Convenção a convocação do concílio decisório.
- § 4º No caso de desvio doutrinário de todos os membros da IGREJA em que se comprove a oposição, a origem e o desvirtuamento dos objetivos e dos princípios fundamentais da IGREJA, com a contrariedade à Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira e o descumprimento do disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e seu parágrafo, o patrimônio e o nome da IGREJA ficarão na posse da Convenção Batista Baiana ou de outra instituição que a suceda ou à Convenção Batista Brasileira, ou outra associação denominacional que venha sucedê-la, que se utilizarão o citado acervo, visando ao restabelecimento da atividade da IGREJA, aplicando-se o artigo 20 deste Estatuto.

Anlimacleia P.M. Vascimente Afforta

Bantana Delactura Expression, Merebra

- § 5º O nome da Igreja Batista da Reconciliação é de uso exclusivo do grupo que permanecer fiel às práticas e doutrinas batistas previstas na DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRO ou outro nome que venha substituí-la, independentemente do número de seus membros.
- § 6º Enquanto as divergências havidas não forem sanadas, serão ineficazes as decisões que visem aos seguintes objetivos:
- a) Alienação dos bens patrimoniais da igreja;
- b) Exclusão de qualquer membro da igreja;
- c) Afastamento de membros da igreja de cargos para os quais foram eleitos;
- d) Concessão de cartas compulsórias a qualquer membro da igreja;
- e) Reforma do Estatuto e Regimento.
- Artigo 23 A IGREJA não concederá avais nem fianças, nem assumirá quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades.

Parágrafo único - Não haverá responsabilidade da IGREJA quanto às obrigações contraídas por outras igrejas ou instituições denominacionais.

- Artigo 24 A IGREJA poderá ter Regimento Interno aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, cujos termos não poderão contrariar o espírito deste Estatuto que dele fará parte integralmente.
- Artigo 25 Em situações comprovadamente emergenciais, o presidente com os demais membros da diretoria tomarão as decisões cabíveis, prestando, a posteriori, os devidos esclarecimentos à igreja.
- Artigo 26 A IGREJA poderá criar outras entidades, para melhor consecução das suas finalidades, as quais reger-se-ão por estatutos próprios, que não poderão contrariar os termos nem o espírito deste Estatuto.
- Artigo 27 A IGREJA só poderá ser desarrolada da Convenção Batista Baiana e da Convenção Batista Brasileira, em decisão tomada em Assembléia Geral Extraordinária, com presença de, no mínimo 80% (oitenta por cento) dos seus membros, sendo verificada a unanimidade dos votos, ressalvados os direitos de terceiros, sendo o seu patrimônio entregue à Convenção Batista Baiana ou, na sua falta, à outra entidade que a substitua ou à Convenção Batista Brasileira, que utilizará o citado patrimônio na consecução das atividades oriundas, segundo os objetivos previstos por este Estatuto.
- Artigo 28 Observadas as disposições legais, é competente o foro da Comarca de São Sebastião do Passé (BA), para dirimirem-se as dúvidas sobre o presente Estatuto.

Artigo 29 - No caso de dissolução da igreja, por consenso dos seus membros, será liquidado o seu passivo, e o saldo, se houver, será entregue a Convenção Batista Baiana (ou outra entidade congênere que a substitua, e em sua falta, a Convenção Batista Brasileira, ou entidade que a substitua.)

Anlimacleia P.M. Nascimente Afforta

Artigo 30 - Este Estatuto só poderá ser reformado em Assembléia Geral Extraordinária, sendo irreformáveis os artigos 1°, 2°, 3°, 4° e seu parágrafo único, bem como os artigos 20, 21, 22 e seus parágrafos e o artigo 26 deste Estatuto, assim como este artigo.

Artigo 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

São Sebastião do Passé, BA, 27 de Dezembro de 2009.

Rebeca de Oliveira Amaral Pereira

Flore de Selva Box Somtovea 1º Secretária: Jeane da Silva Boia Santana

Advogado: José Mário Costa Santos - OAB -BA nº. 4840